

## RESOLUÇÃO Nº 186/2013 - CJ

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 12494, em nome da empresa Expresso São Luiz Ltda, conforme Processo nº 200900029001930.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o disposto na Resolução nº 297, de 27 de dezembro de 2007, do Conselho de Gestão da AGR, que dispõe sobre os procedimentos para regular a imposição de penalidade aos concessionários ou permissionários dos serviços públicos do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;;

Considerando que o interessado apresentou defesa e, levando em conta as manifestações técnica e jurídica, as quais são adotadas na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que a empresa Expresso São Luiz Ltda, infringiu o art. 11, inciso XV, da Resolução 297/2007-CG, por se apresentar adequadamente tratado e identificado quando em serviço, na Agência Danytur, Av. Presidente Getúlio Vargas nº 3540, Rio Verde-GO, foi autuada em 23/03/2009, nos termos do auto de infração nº 12494;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 12/09/2013;

### R E S O L V E:

Art. 1º Anular o auto de infração nº 12494, em nome da empresa Expresso São Luiz Ltda, pelo acatamento da defesa, que a infração foi cometida pela Agência Danytur, não tendo esta nenhuma relação com a empresa autuada.

Art. 2º A decisão de que trata o art. 1º desta resolução será objeto de reexame e deliberação pelo Conselho Regulador, nos termos do art. 19, inciso II, § 8º, da Lei 13.569/1999, acrescido pela Lei 18.101, de 17 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 12 dias do mês de setembro de 2013.

Luiz José de Oliveira Júnior  
Coordenador